

BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A AGENDA 2030

PUBLIC LIBRARY AND ITS ROLE IN SOCIETY: A LOOK AT THE 2030 AGENDA

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Graduação em Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI) da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3812-3167>. E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br

RESUMO:

Aborda a atuação da biblioteca pública diante da Agenda 2030. Para tanto, discute sobre o conceito moderno de biblioteca pública coadunando com os conceitos de identidade, territorialidade, empoderamento e sustentabilidade. Tem como objetivos: descrever as possibilidades de atuação da biblioteca pública em consonância com a Agenda 2030 e analisar a implementação da Agenda 2030 no Brasil a partir do Relatório Luz de 2021. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. Os resultados são apresentados a partir das orientações da IFLA para participação das bibliotecas na Agenda 2030 e dos 5 pilares da sustentabilidade: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Conclui-se que, o ano de 2021 apresentou um retrocesso significativo no que diz respeito ao atendimento das metas de cada objetivo de desenvolvimento sustentável, em parte pelas políticas ou falta delas em virtude da Pandemia por Covid-19 e por outra parte, pelo processo de desgovernança em relação a Agenda 2030 do Governo Federal.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Agenda 2030. Biblioteca e Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT:

It discusses the role of the public library in the face of the 2030 Agenda. Therefore, it discusses the modern concept of the public library, in line with the concepts of identity, territoriality, empowerment and sustainability. Its objectives are: to describe the possibilities of action of the public library in line with the 2030 Agenda and analyze the implementation of the 2030 Agenda in Brazil from the Light Report of 2021. It is a descriptive, bibliographical and documentary research. The results are presented based on the IFLA guidelines for the participation of libraries in the 2030 Agenda and the 5 pillars of sustainability: people, planet, prosperity, peace and partnerships. It is concluded that the year 2021 presented a significant setback in terms of meeting the goals of each sustainable development goal, partly due to the policies or lack thereof due to the Pandemic by Covid-19 and partly due to the process of misgovernance in relation to the 2030 Agenda of the Federal Government.

Keywords: Public Library. 2030 Agenda. Library and Sustainable Development.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do conceito de biblioteca pública como espaço voltado para a socialização da informação a sua comunidade usuária, por meio de múltiplos suportes, pauta o entendimento de instituição cuja missão é criar possibilidades de interação da sua comunidade com o espaço, que possa inclusive, modificá-lo, participar de sua gestão e integrar o catálogo de produtos e

serviços. Esse é um conceito moderno de biblioteca, que vai além do acervo e dos projetos de leitura, muito comum nessas instituições.

A premissa é entender que a informação é um direito. E é este entendimento que apoiará a participação destas instituições no pacto global pelo planeta, que é a Agenda 2030. A Agenda 2030, das Organizações das Nações Unidas (ONU), é um documento que congrega 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que englobam temas e áreas de interesse do mundo, em prol da vida e da sustentabilidade do planeta. Tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população global e, para isto, conta com o compromisso dos países membros da ONU no atendimento às metas dos ODS, por um período de 15 anos (2015-2030).

Este é um estudo descritivo, bibliográfico e documental, com o objetivo de descrever as possibilidades de atuação da biblioteca pública em consonância com a Agenda 2030 e analisar a implementação da Agenda 2030, no Brasil, a partir do Relatório Luz de 2021. Este tipo de pesquisa para Gil (2009, p. 42) trata-se da “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

2 CONCEITO MODERNO DE BIBLIOTECA PÚBLICA, PARA A AGENDA 2030

Não tem muito tempo, o entendimento sobre biblioteca pública estava ligado à sua natureza e coleção. Mais à diante, teve sua concepção marcada pela socialização e dinamização do conhecimento. Atualmente, luta para se incorporar à sociedade como algo que a ela pertença e que faça parte do cenário e da programação em uma interação direta com os atores sociais do seu entorno. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o apoio da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), têm acompanhado o seu conceito e atuação a partir dos Manifestos publicados ao longo dos anos. O Manifesto é uma publicação que define o papel desempenhado pela biblioteca pública, evoluindo quanto ao seu papel perante a sociedade, de instituição voltada à educação, cultura, lazer e informação aos produtos e serviços interativos e tecnológicos à serviço da comunidade.

Quadro 1 - Evolução da biblioteca pública pela UNESCO a partir dos Manifestos.

Ano	Foco	Natureza	Enfoque/Atividade
1949	Ensino e educação	Meio eficaz para aquisição, organização e disseminação de publicações informativas e educativas.	Apoiar os processos de educação não formal e oferecer informação à comunidade.
1972	Educação, cultura, lazer e informação	Instituição democrática para o ensino, à cultura e à informação.	Especificar o papel democratizador do livro e informação, educação e cultura.
1994	Democratização no acesso às TIC	Centro de informação.	Facilitar o acesso à informação e ao conhecimento através das TIC.

Fonte: Aatoria (2021) baseado em Jaramillo e Montoya Ríos (2005).

Em 2009, a IFLA e a UNESCO publicam o documento: *'10 ways to make a public library work / Update your libraries'*¹ (10 maneiras de fazer uma biblioteca pública funcionar / Atualizar suas bibliotecas - tradução livre) em que atualizam as recomendações de atuação das bibliotecas públicas. O foco desse documento são os serviços e a formação em tecnologias de comunicação e informação. Dentre as recomendações estão o desenvolvimento de espaços interativos e comunitários, tecnológicos e digitais; o desenvolvimento de competências em informação; melhoria da acessibilidade dentre outros.

Diante do papel das bibliotecas públicas, no apoio à implementação da Agenda 2030 e o pouco tempo que resta para que esta seja uma realidade no mundo, o conceito moderno de biblioteca pública sofre nova transição. Jaramillo e Montoya Ríos (2005, p. 34) a entendem como “[...] um espaço para a formação da identidade individual; [...] tem um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais” e que pode, de forma direta ou indireta contribuir para a solução dos problemas sociais. O conceito moderno de biblioteca pública está alicerçado na sua atuação perante os problemas sociais e na sua interação com a comunidade. Aqui, toma-se de empréstimo o conceito de territorialidade local de atuação da biblioteca pública, de Betancur Betancur (2007), que entende como a capacidade de identificar na comunidade usuária, conhecimentos específicos que possam agregar aos serviços e, assim, empoderar a comunidade e criar um estado de pertencimento desta com a biblioteca.

Ao trabalhar a territorialidade na biblioteca, bebe-se no conceito de identidade do sujeito pós-moderno, de Stuart Hall (1999), que apresenta um indivíduo sem identidade permanente e fixa. É um conceito oportuno para o que se apresenta aqui, a partir da biblioteca pública pois, pensar em uma identidade que não parta de uma essência propriamente dita, mas que tenha suas especificidades, auxilia para o entendimento do conceito de biblioteca pública, uma vez em que, assim como a identidade, esta se transforma continuamente na sociedade a partir da relação dialógica com a sua comunidade e com a diversidade cultural.

A construção conceitual de território para Raffestin (1993), parte da noção de espaço. Tendo como base a noção de território e entendendo a territorialidade, conforme Raffestin (1993, p. 160), como uma relação para além da dicotomia pessoa-território, como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. A territorialidade para a biblioteca pública é uma relação entre o sujeito (usuário), o espaço (a biblioteca) e as dinâmicas sociais que envolvem estes dois atores.

O estado de pertencimento, que se estabelece a partir do entendimento das identidades individuais, porém com aspectos para a coletividade, cria a condição de territorialidade, que entendida por Soja (1971, p. 19) como

[...] um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam.

¹ Ver: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/10-ways-to-make-a-public-library-work.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

No caso da biblioteca pública a organização do espaço e da territorialidade se relaciona, de forma intrínseca, com as necessidades informacionais e com as potencialidades da comunidade usuária. Neste sentido, a territorialidade é uma construção social a partir dessas relações espacialmente formatadas. Com a territorialidade formatada, e em respeito às identidades individuais da comunidade usuária, pode-se inferir que se cria condições de empoderamento, tanto para a comunidade, como para a própria biblioteca como equipamento cultural. Esses aspectos coadunam com o conceito de desenvolvimento e sustentabilidade. Todo esse entendimento a respeito de desenvolvimento sustentável perpassa mudanças em modos de agir e de pensar a vida, a sociedade e o planeta. E, claro que as instituições, presentes na Agenda 2030, são chamadas a somar esforços nesta empreitada que pressupõe uma dívida ecológica (SACHS, 2009) de anos, séculos de má utilização dos recursos.

Chamando para a conversa sobre desenvolvimento sustentável Sachs (2003) que apresenta sua concepção baseada no que denomina de tripé do desenvolvimento, algo que deve ser, de forma simultânea, **includente**, do ponto de vista social; **sustentável**, em relação ao ponto de vista ecológico; e **sustentado**, que seja economicamente viável, em se tratando do ponto de vista econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável de Sachs (2009; 2008; 2003) chama a atenção para a esfera ética, muito mais do que a preocupação econômica e se baseia no Relatório Brundtland (NOSSO..., 1987, online) que define sustentabilidade como uma forma, meio ou condição de “[...] suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas”.

Figura 1 - Tripé do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2003).



Fonte: Vivagreen Arquitetura e Consultoria (2019) @vivagreenarquitetura.

Nota-se que o tripé do desenvolvimento sustentável reforça as linhas de atuação da Agenda 2030, com os 17 ODS da ONU. Sobre desenvolvimento sustentável Barbieri (2020, p. 33) nos fala que,

A expressão desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980 no documento denominado Estratégia de Conservação Mundial (*World Conservation Strategy*), produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUNC) e *World Wildlife Fund* (WWF) por solicitação do PNUMA.

Barbieri (2020) pontua que o documento da IUNC e WWF tinha um viés conservacionista, voltado às questões ambientais. O termo foi, posteriormente, entendido como uma estratégia global para o bem-estar das pessoas e do planeta. O desenvolvimento sustentável é a possibilidade de que se possa atingir um nível satisfatório de desenvolvimento econômico e social, de forma que a realização humana, a cultura e os recursos sejam preservados. As questões ambiental, humana e ética aliadas às questões econômicas e políticas orientaram as Conferências e Convenções que ocorreram ao longo do período de publicização do Relatório Brundtland em 1987 até a Agenda 2030 em 2015.

Visando atender as necessidades das pessoas no mundo e com o lema: ‘Ninguém pode ficar de fora!’, institui-se os 17 ODS procurando contemplar cinco áreas de forte relevância para a humanidade e o planeta, chamado de os 5 pilares do desenvolvimento sustentável: as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias (Figura 2).

Figura 2 - 5 Ps da Sustentabilidade.



Fonte: <https://movimentoods.org.br/nossa-caoa/os-5-ps-da-sustentabilidade/>.

O documento ‘Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento’, baseou-se nos 5 Ps da sustentabilidade e consiste em um pacto global dos países membros das Nações Unidas em prol da vida, com 17 objetivos e 169 metas. O quadro a seguir apresenta os ODS conforme cada eixo ou pilar que sustentam a linha de atuação em cada área. É importante ressaltar que apesar da clara inclinação para uma determinada área, alguns dos ODS tem mais de uma área de atuação, a exemplo dos ODS 11 e 12, que se abrigam no eixo da prosperidade, entretanto, são fundamentados no eixo planeta, que pressupõe a proteção dos recursos para as gerações futuras.

Quadro 2 - Eixos x ODS.

Eixos/Pilares	ODS
Pessoas	1: erradicação da pobreza; 2: erradicação da fome; 3: saúde de qualidade; 4: educação de qualidade; 5: igualdade de gênero; 10: redução das desigualdades.
Planeta	6: água potável e saneamento; 7: energias renováveis e acessíveis; 13: ação climática; 14: proteger a vida marinha; 15: proteger a vida terrestre.
Prosperidade	8: trabalho digno e crescimento econômico; 9: indústria, inovação e infraestruturas; 11: cidades sustentáveis; 12: produção e consumo sustentáveis.
Paz	16: paz, justiça e instituições eficazes.
Parcerias	17: parcerias para a implementação dos objetivos.

Fonte: Autoria (2021).

A biblioteca pública pode, e deve, atuar em todos os eixos e objetivos, entretanto, se fundamenta, pelo eixo 'parcerias', uma vez em que atua como parceira para a implementação da Agenda 2030. Assim, pautada em um conceito moderno de biblioteca pública, que pressupõe sua atuação solidificada na interação com a comunidade, na amplitude de suas ações, buscando a valorização das identidades individuais para o fortalecimento e empoderamento da comunidade usuária, criando sentidos de territorialidade, apresenta-se, de forma concreta, possibilidades de ações e intervenções para este fim.

3 POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM A AGENDA 2030

Tendo em vista projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito das 198 bibliotecas públicas cearenses, que fazem parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará (SEBP/CE) com financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e em consonância com as orientações da IFLA2, apresenta-se as ideias e ações para fortalecer a atuação da biblioteca e auxiliar quanto a implementação da Agenda 2030.

ODS 1 - Erradicação da pobreza: pretende acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.

Para atuar junto a este e outros objetivos é preciso refletir que a informação além de ser uma necessidade é um direito e que a biblioteca pode viabilizar dentre outras coisas, informações sobre recursos que possam gerar oportunidades de melhoria de vida para as pessoas da comunidade, cursos em parceria com instituições de formação, ONGs, Escolas e Universidades, que possibilitem a aquisição de novas expertises profissionais.

A biblioteca pode atuar, no caso específico deste ODS, com a divulgação de programas de primeiro emprego, chamadas para estágios e empregos, editais de concursos - oportunizando

inclusive, cursos preparatórios em parceria com as instituições que oferecem -, criar canal no

² Ver: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert-pt.pdf> Acesso em: 11 out. 2021.

YouTube com cursos e informações sobre emprego e empregabilidade, criar campanhas junto às empresas locais de forma que incentive a criação de vagas para a comunidade. Outra possibilidade é um balcão de oportunidades em que tanto a comunidade possa oferecer seus serviços, como aqueles que necessitam de mão de obra, possam divulgar suas vagas. Para isto, basta disponibilizar um espaço em que as próprias pessoas da comunidade poderão afixar seus anúncios ou atender aos já existentes, conforme a sua necessidade.

ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável: pretende acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Antes que pensem em algo tão simplório e direto como a distribuição de alimentos, pode-se pensar na informação de qualidade que favoreça produtores locais, cultivo e informações sobre plantio e de agricultura familiar, palestras sobre alimentação e nutrição, aproveitamento e combinação nutritiva de alimentos. Pensar em recursos em rede, como ONGs, mercados locais, programas como o Mesa Brasil³, do Serviço Social do Comércio (SESC) e outros. A disponibilização de pesquisas e dados agrícolas, informações sobre distribuição de sementes, inclusive, a biblioteca pode ser o local destinado ao cadastro dos agricultores, que em reiteradas ocasiões precisam preencher formulários sem orientações ou competência técnica informacional para este procedimento.

ODS 3 - Saúde e bem-estar: busca assegurar a vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Uma parceria com Universidades e Instituições de pesquisa, hospitais e bibliotecas médicas, pode possibilitar o atendimento a este ODS de forma significativa. Aproveitar as campanhas como: 'setembro amarelo', 'outubro rosa' e 'novembro azul', para fomentar parcerias com clínicas e profissionais da área de saúde para palestras e exames e consultas gratuitas. Disponibilizar servidores e equipamentos para que a comunidade possa acessar e realizar a marcação de consultas, exames, vacinação dentre outros serviços.

ODS 4 - Educação de qualidade: pretende assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Este é o ODS que mais aparece nas ações das bibliotecas públicas de um modo geral. Talvez pela sua proximidade com o próprio escopo da biblioteca e suas ações sobre leitura, escrita e pesquisa escolar. Entretanto, as ações podem ser mais efetivas de forma a promover espaços inclusivos e interativos de educação. A valorização do ensino e daqueles que contribuem para a educação é necessária para que se possa estabelecer parcerias com as Escolas locais. Além do(a) bibliotecário(a) é necessário que o espaço da biblioteca seja multidisciplinar e possa contar com profissionais das áreas de Pedagogia e Psicologia, para poder criar mecanismos e estratégias que favoreça a diminuição das barreiras e que promova a acessibilidade em todas as suas nuances na biblioteca.

³ Ver: <https://www2.sesc.com.br/portal/site/mesabrilseesc/home/> Acesso em: 7 out. 2020.

Além das tradicionais sessões de contação de histórias, reforço e pesquisa escolar, a biblioteca pode criar uma comunicação direta com as Instituições educacionais do seu entorno e estabelecer projetos que envolvam além dos discentes, os docentes. Um exemplo disso são cursos de formação complementar, disponibilização de espaço para cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especializações) em parcerias, dentre outras ideias. É importante que a biblioteca seja um local de reflexão sobre o papel da Educação, trazendo para o debate, profissionais que possam dialogar com a comunidade, a fim de que esta contribua com a qualidade do ensino. Fazendo com que os conteúdos alicerçados às suas vivências, possam fazer sentido e encontrar ressonância perante este público.

ODS 5 - Igualdade de gênero: pretende alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres.

As ações designadas para os ODS 1, 3 e 4, podem ser facilmente as mesmas para o ODS 5. A primeira coisa é disponibilizar essas ações para as mulheres e meninas, a segunda, é oportunizar a reflexão sobre a igualdade de gênero em um país que ainda se configura pelos altos índices de violência contra a mulher e feminicídio. Portanto, oportunizar informação de qualidade para as mulheres e meninas, de forma que contribua para o seu empoderamento, é uma obrigação da biblioteca pública.

Oportunizar informações sobre saúde, emprego, educação e outros temas através da criação de espaços seguros, agradáveis e interativos é também criar formas de que essas mulheres possam se conhecer e reconhecer, é incentivar as identidades individuais para fomentar, a partir dos insumos disponibilizados pela biblioteca, o empoderamento das mulheres e meninas.

ODS 6 - Água potável e saneamento: busca assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

ODS 7 - Energia limpa e acessível: busca assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

A melhoria da qualidade de vida das pessoas passa, sobretudo, pelas condições de acesso à água e energia. A biblioteca pública pode estabelecer um programa de acesso à informação sobre o desenvolvimento de projetos locais de gestão da água, do saneamento e energia. Algumas comunidades periféricas não têm acesso à água e energia, a biblioteca pode atuar junto às prefeituras e Assembleias Legislativas a fim de incentivar a criação de programas e/ou legislação para o barateamento ou acesso livre e seguro à eletricidade e a água. É preciso também a disponibilização de informação coerente, de órgãos e instituições responsáveis sobre o acesso e uso consciente e equilibrado da eletricidade e da água.

ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: busca a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Este ODS coaduna perfeitamente com o ODS 1 e a biblioteca pública pode, além de todas as ações a respeito da erradicação da pobreza, criar estruturas de capacitação de forma a desenvolver habilidades, incentivar a capacitação profissional em nível técnico e superior e facilitar o acesso à

informação de maneira que promova a melhoria, não apenas das possibilidades de emprego, mas de entendimento a respeito de trabalho decente.

Ações pontuais de conscientização a respeito de condições precárias de trabalho, sobre legislação trabalhista e oportunidades também devem fazer parte do catálogo de serviços que a biblioteca pública pode ofertar a sua comunidade. Com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação, pode-se criar uma rede de empregabilidade e um Canal no YouTube para disponibilização de vídeos informativos com orientações sobre entrevistas de emprego, elaboração de currículo, entre outros.

ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura: pretende incentivar a construção de infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Este é um ODS cujo sucesso tem a ver com quase todos os demais. Tem forte relação com a tecnologia e a inovação. E tanto o seu resultado depende de como auxilia aos demais ODS. Para que a biblioteca pública possa auxiliar a sua comunidade usuária a lidar com as adversidades e problemas e superar mudanças, é necessário primeiramente, uma excelente relação com esta comunidade; e em segundo lugar que disponha de Internet de alta velocidade disponível a toda a comunidade usuária.

Realizar parcerias com as indústrias locais e Institutos de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico para poder viabilizar algumas ações, inclusive ampliar a empregabilidade da comunidade. Por fim, é entender que a biblioteca é um espaço democrático, social, que por isso deve ser inclusivo e que as tecnologias de informação e comunicação neste processo, são aliadas na obtenção de bons resultados.

ODS 10 - Redução das desigualdades: pretende reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

A redução das desigualdades sociais e econômicas entre as pessoas é um desafio quase inalcançável, se pensarmos na estrutura social e modelo econômico que vivemos hoje, bem como na diversidade de povos, culturas e estrutura política. Entretanto, este é um ODS que deve ser pensado em um primeiro momento de forma local. Se a biblioteca, através de seu trabalho, disponibilização de produtos e serviços, parcerias e uma gestão integrada e forte, conseguir criar mecanismos que auxiliem para a redução das desigualdades em sua comunidade, diminuirá o fosso social que existe em âmbito global.

A diminuição das desigualdades entre as pessoas e comunidades se faz com políticas públicas fortes de inclusão e melhores condições de vida, que envolvem trabalho, educação, cultura, saúde etc. A informação, como um direito social, é um excelente começo para o entendimento das condições e potencialidades desta comunidade. Entretanto, este é um ODS que necessita de um maior engajamento político da gestão da biblioteca e do(a) bibliotecário(a), é necessário, um acompanhamento e uma pressão política junto à vereadores e deputados para a criação de políticas públicas de inclusão e que favoreçam a redução das desigualdades em qualquer instância na comunidade.

ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis: pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para auxiliar no alcance desse ODS, além do apoio das ações voltadas a outros ODS, é preciso um engajamento forte para a educação e a conscientização da comunidade. É preciso um trabalho de empoderamento social e criação de estratégias sustentáveis de solução de problemas. Não é nada fácil, uma vez que este é um ODS que deve estar no Plano de Governo dos municípios e quem, através do *advocacy* bibliotecário, possa fortalecer as discussões e tomada de decisões de forma a criar comunidades sustentáveis e resilientes.

A biblioteca pública, como uma instituição dedicada à promoção da inclusão e do intercâmbio cultural e que prima pela conservação do patrimônio cultural, deve apoiar a organização, representação e disseminação da informação para as futuras gerações.

ODS 12 - Consumo e produção responsáveis: busca assegurar os padrões de produção e de consumo sustentáveis.

ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima: busca contribuir para a tomada de medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Os ODS 12 e 13, cujas metas estão voltadas para os eixos de prosperidade e planeta, não precisam ser entendidos de forma separada pelas ações da biblioteca. Esta pode apoiar, com a criação de projetos que visem o desenvolvimento de um sistema sustentável, que permita o intercâmbio e circulação de materiais, de reciclagens e que contribua para a redução de resíduos. Intercalado com informações confiáveis a respeito do clima, tanto do ponto de vista histórico como atual. A veiculação de pesquisas de instituições sérias para o compartilhamento dos dados e, principalmente, com articulação política no sentido de incentivar a elaboração de políticas que contemplem as questões voltadas às mudanças climáticas e o consumo consciente dos produtos, bem como a redução de resíduos na indústria.

ODS 14 - Vida na água: busca contribuir para a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15 - Vida terrestre: busca proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Fortalecer a comunicação e disponibilizar informações que promovam e despertem nas pessoas a consciência sobre o cuidado com a vida na terra e na água. Através do *advocacy*, pressionar os governos locais para elaboração de instrumentos reguladores que envolvam os temas ligados à vida marinha e terrestre. A preocupação com os rios também deve estar presente, assim como a geração de resíduos e o seu escoamento para os oceanos, rios e mares.

ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes: pretende promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

ODS 17 - Parcerias e meios de implementação: pretende fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Uma sociedade pacífica se faz quando todo o organismo funciona, todas as instituições trabalham em prol do bem-estar comum do povo ao qual pertence. A biblioteca pública, como parte desse sistema, deve apoiar com a disponibilização de informações confiáveis, funcionando como espaço inclusivo, politicamente articulado, porém neutro, sem filiações partidárias, e incentivar a organização de sua comunidade. A neutralidade política é um desafio, tendo em vista a atual organização social e política das cidades brasileiras. Há uma forte influência partidária a cada governo municipal, o que enfraquece qualquer ação fora deste entendimento. Neste caso, e ainda, pensando no ODS 17, é preciso a criação de uma rede de colaboradores, trazer as Associações, ONGs, Instituições de Ensino, Comércio, Indústria, Terceiro Setor, todos de forma articulada para fazer parte da mesma empreitada.

3.1 ANÁLISE DA AGENDA 2030 NO ANO DE 2021 A PARTIR DO RELATÓRIO LUZ

Relatório Luz é um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que analisa a implementação dos ODS e suas metas no Brasil. O Relatório de 2021, elaborado por 106 especialistas de diferentes áreas, - composto por 57 organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras -, denuncia o enfraquecimento do compromisso assumido pelo país em 2015 em que nenhuma meta teve um avanço satisfatório. O relatório apontou que a destruição de políticas e coletivos sociais, direitos sociais, ambientais e econômicos, civis e políticos, são visíveis no resultado da análise em que “92 metas (54,4%) em retrocesso; 27 (16%) estagnadas; 21 (12,4%) ameaçadas; 13 (7,7%) em progresso insuficiente; e 15 (8,9%) que não dispõem de informação” (RELATÓRIO..., 2021, p. 4).

A emergência sanitária causada pela Pandemia por Covid-19 foi a grande responsável pelo atraso e retrocesso que direcionaram recursos para as causas emergentes, entretanto, o Relatório de 2020 já apontava a total desgovernança do país com a extinção da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) pela Presidência da República através do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (RELATÓRIO..., 2020). Com a extinção da CNODS, aproximadamente 500 outros órgãos colegiados também foram extintos, como por exemplo, o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, “[...] que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), o que representou um verdadeiro atentado à participação cidadã na formulação e implementação de políticas públicas no país” (RELATÓRIO..., 2020, p. 6).

Quadro 3 - Monitoramento dos ODS e suas metas em 2021 por eixo.

	Eixos																	
	Pessoas						Planeta					Prosperidade				Paz	Parcerias	
ODS	1	2	3	4	5	10	6	7	13	14	15	8	9	11	12	16	17	
M E T A S	1.1	2.1	3.1	4.1	5.1	10.1	6.1	7.1	13.1	14.1	15.1	8.1	9.1	11.1	12.1	16.1	17.1	
	1.2	2.2	3.2	4.2	5.2	10.2	6.2	7.2	13.2	14.2	15.2	8.2	9.2	11.2	12.2	16.2	17.2	
	1.3	2.3	3.3	4.3	5.3	10.3	6.3	7.3	13.1	14.3	15.3	8.3	9.3	11.3	12.3	16.3	17.3	
	1.4	2.4	3.4	4.4	5.4	10.4	6.4	7a	13a	14.4	15.4	8.4	9.4	11.4	12.4	16.4	17.4	
	1.5	2.5	3.5	4.5	5.5	10.5	6.5	7b	13b	14.5	15.5	8.5	9.5	11.5	12.5	16.5	17.5	
	1a	2a	3.6	4.6	5.6	10.6	6.6			14.6	15.6	8.6	9a	11.6	12.6	16.6	17.6	
	1b	2b	3.7	4.7	5a	10.7	6a			14.7	15.7	8.7	9b	11.7	12.7	16.7	17.7	
		2c	3.8	4a	5b	10a	6b			14a	15.8	8.8	9c	11a	12.8	16.8	17.8	
			3.9	4b	5c	10b				14b	15.9	8.9		11b	12a	16.9	17.9	
			3a	4c		10c				14c	15a	8.10		11c	12b	16.10	17.10	
			3b								15b	8a			12c	16a	17.11	
			3c								15c	8b				16b	17.12	
			3d														17.13	
																	17.14	
																	17.15	
																	17.16	
																	17.17	
																	17.18	
																	17.19	

Fonte: Autoria baseado no Relatório Luz de 2021.

Legenda: retrocesso ameaçada estagnada insuficiente satisfatório Sem dados N/A*

*Não se aplica ao Brasil.

São consideradas metas em **retrocesso** quando as “políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário”; são consideradas **ameaçadas** “quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões

comprometem seu alcance”; **estagnada**, quando se constata que “não houve nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativos”; considerada com **progresso insuficiente**, quando “apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva”; e com **progresso satisfatório**, se “a meta está em implementação com chances de ser atingida ao final da Agenda 2030” (RELATÓRIO..., 2021, p. 7). Quando não apresenta dados é por que, até o final do relatório, não foram encontradas informações disponíveis que viabilizasse a análise; e no caso da meta 8.a - ‘Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*) para os países em desenvolvimento’, que não se aplica ao Brasil.

A dificuldade no acesso a estatísticas governamentais atualizadas foi uma problemática na análise dos resultados para o ano de 2021. O relatório aponta ainda que, “O proposital apagão de dados em curso, porém, não conseguiu ocultar o drama vivido pelas parcelas mais vulneráveis da sociedade (a maioria da população) duramente golpeada pela crise política que se intensifica, sem respostas eficazes das instituições nacionais” (RELATÓRIO..., 2021, p. 4).

Este diagnóstico é preocupante, uma vez que faltam pouco mais de 8 anos para o prazo da Agenda 2030. Levando em consideração os eixos e as metas que se encontram em retrocesso, que corresponde a 55% do total das metas, tem-se 64,9% de retrocesso no eixo ‘pessoas’, 45% no eixo ‘planeta’, 43,9% para ‘prosperidade’, 66,7% para ‘paz’ e para o eixo ‘parcerias’ 63,2% de metas em retrocesso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o Relatório Luz de 2021, que traz um retrato que aponta para o retrocesso e para uma impossibilidade de execução e implementação da Agenda 2030, os resultados são altamente preocupantes. As bibliotecas são fortes aliadas nesta missão, entretanto, sem que o Governo Federal cumpra o compromisso assumido perante a ONU, é possível apostar no não cumprimento dos ODS e metas. Entende-se que os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia por Covid-19 e revelou uma desigualdade ainda maior que impera neste país e que minimizou os resultados em relação às metas e ODS.

O governo atual, que teve início em 2019, é responsável pela maioria dos retrocessos apontados, como desmatamentos e poluição, perda de direitos humanos e civis, feminicídio, homicídios e violência contra pessoas LGBTQIA+, de povos indígenas, quilombolas e pessoas negras. Outro fator é o aumento do custo de vida, que acaba por aumentar a pobreza e as desigualdades, o trabalho infantil e a mendicância. Tudo isto, em meio a uma crise ética e política sem tamanho, em que o país retrocede e, mesmo em meio a uma pandemia por um vírus que fez mais de 600 mil⁴ vítimas, segue negando a ciência e, sobretudo, suas responsabilidades perante o caos instaurado.

As bibliotecas públicas, instituições mantidas pelos governos, seja federal, estadual ou municipal, acabam por sofrer as implicações do viés ideológico de seus governantes. Seguem sem políticas efetivas que fortaleça a sua gestão, apoie seus serviços e solidifique sua equipe,

⁴ Ver: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19> Acesso em: 12 out. 2021.

com profissionais multidisciplinares e, principalmente, com bibliotecários (as) em todas as unidades. A estrutura tecnológica dessas bibliotecas também está aquém do necessário. Sem profissionais qualificados e tecnologia, essas bibliotecas seguirão em uma luta desigual em que quem perde é a comunidade.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) - BP4 nº 0172.00343.01.00/20 - BPU nº 09691860/2020.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.

BETANCUR, Adriana María. **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín: Comfenalco Antioquia, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm Acesso em: 12 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JARAMILLO, Orlanda; MONTROYA RÍOS, Mónica. Revisión del concepto de biblioteca pública. In: **Biblioteca pública y lectura pública**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005. p. 17-40.

NOSSO futuro em comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf) Acesso em: 10 out. 2021.

RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Brasil. v. 5. 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf Acesso em: 03 out. 2021.

RELATÓRIO Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Brasil. v. 4. 2020. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-

1.pdf Acesso em: 03 out. 2021.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **O tripé do desenvolvimento includente**: palestra magna. In: SEMINÁRIO DE INCLUSÃO SOCIAL, 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. Disponível em: <http://ignacysachs.blogspot.com/2008/12/o-trip-do-desenvolvimento-includente.html> Acesso em: 11 out. 2021.

SOJA, Edward W. **The political organization of space**. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/103277014/Soja-Edward-The-Political-Organization-of-Space> Acesso em: 10 out. 2021.

Recebido/ Received: 26/01/2022
Aceito/ Accepted: 08/04/2022
Publicado/ Published: 30/04/2022